

No. 39756

**Angola, Brazil, Cape Verde, Guinea-Bissau, Mozambique,
Portugal and Sao Tome and Principe**

**Statutes of the Community of Portuguese-Speaking Countries (with declaration).
Lisbon, 17 July 1996**

Entry into force: *provisionally on 17 July 1996 by signature and definitively 17 April 2000, in accordance with article 21 (see following page)*

Authentic text: *Portuguese*

Registration with the Secretariat of the United Nations: *Community of Portuguese-Speaking Countries, 3 December 2003*

**Angola, Brésil, Cap-Vert, Guinée-Bissau, Mozambique,
Portugal et Sao Tomé-et-Principe**

**Statuts de la Communauté des pays de langue portugaise (avec déclaration).
Lisbonne, 17 juillet 1996**

Entrée en vigueur : *provisoirement le 17 juillet 1996 par signature et définitivement le 17 avril 2000, conformément à l'article 21 (voir la page suivante)*

Texte authentique : *portugais*

Enregistrement auprès du Secrétariat des Nations Unies : *Communauté des pays de langue portugaise, 3 décembre 2003*

Participant	Ratification and Approval (AA)
Angola	28 Jul 1997
Brazil	25 Mar 1998
Cape Verde	7 Mar 1997
Guinea-Bissau	8 May 1998 AA
Mozambique	16 Apr 2000
Portugal	8 Jul 1998
Sao Tome and Principe	26 Jan 1998

Participant	Ratification et Approbation (AA)
Angola	28 juil 1997
Brésil	25 mars 1998
Cap-Vert	7 mars 1997
Guinée-Bissau	8 mai 1998 AA
Mozambique	16 avr 2000
Portugal	8 juil 1998
Sao Tomé-et-Principe	26 janv 1998

**ESTATUTOS
DA
COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA**

**Artigo 1º
(Denominação)**

A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, doravante designada por CPLP, é o foro multilateral privilegiado para o aprofundamento da amizade mútua, da concertação político-diplomática e da cooperação entre os seus Membros.

**Artigo 2º
(Estatuto Jurídico)**

A CPLP goza de personalidade jurídica e é dotada de autonomia administrativa e financeira.

**Artigo 3º
(Objectivos)**

São objectivos gerais da CPLP:

- a) a concertação político-diplomática entre os seus Membros em matéria de relações internacionais, nomeadamente para o reforço da sua presença nos fora internacionais;*
- b) a cooperação, particularmente nos domínios económico, social, cultural, jurídico e técnico-científico;*
- c) a materialização de projectos de promoção e difusão da Língua Portuguesa.*

Artigo 4º
(Sede)

A Sede da CPLP é, na sua fase inicial, em Lisboa, capital da República Portuguesa.

Artigo 5º
(Princípios orientadores)

A CPLP é regida pelos seguintes princípios:

- a) Igualdade soberana dos Estados Membros;*
- b) Não-ingerência nos assuntos internos de cada Estado;*
- c) Respeito pela sua identidade nacional;*
- d) Reciprocidade de tratamento;*
- e) Primado da Paz, da Democracia, do Estado de Direito, dos Direitos Humanos e da Justiça Social;*
- f) Respeito pela sua integridade territorial;*
- g) Promoção do Desenvolvimento;*
- h) Promoção da cooperação mutuamente vantajosa.*

Artigo 6º
(Membros)

- 1. Para além dos Membros fundadores, qualquer Estado, desde que use o Português como língua oficial, poderá tornar-se membro da CPLP, mediante a adesão sem reservas aos presentes Estatutos.*
- 2. A admissão na CPLP de um novo Estado é feita através de uma decisão unânime da Conferência de Chefes de Estado e de Governo.*
- 3. A Conferência de Chefes de Estado e de Governo definirá as formalidades para a admissão de novos Membros e para a adesão aos presentes Estatutos por novos Membros.*

Artigo 7º
(Orgãos)

- 1. São órgãos da CPLP:*
 - a) A Conferência de Chefes de Estado e de Governo;*

- b) O Conselho de Ministros;
 - c) O Comité de Concertação Permanente;
 - d) O Secretariado Executivo.
2. Na materialização do seus objectivos a CPLP apoia-se também nos mecanismos de concertação político-diplomática e de cooperação já existentes ou a criar entre os Estados Membros da CPLP.

Artigo 8º

(Conferência de Chefes de Estado e de Governo)

1. A Conferência é constituída pelos Chefes de Estado e de Governo de todos os Estados Membros e é o órgão máximo da CPLP.
2. São competências da Conferência:
 - a) Definir e orientar a política geral e as estratégias da CPLP;
 - b) Adoptar instrumentos jurídicos necessários para a implementação dos presentes Estatutos podendo, no entanto, delegar estes poderes no Conselho de Ministros;
 - c) Criar instituições necessárias ao bom funcionamento da CPLP;
 - d) Eleger de entre os seus Membros um Presidente de forma rotativa e por um mandato de dois anos;
 - e) Eleger o Secretário Executivo e o Secretário Executivo Adjunto da CPLP.
3. A Conferência reúne-se, ordinariamente, de dois em dois anos e, extraordinariamente, quando solicitada por dois terços dos Estado Membros.
4. As decisões da Conferência são tomadas por consenso e são vinculativas para todos os Estados Membros.

Artigo 9º

(Conselho de Ministros)

1. O Conselho de Ministros é constituído pelos Ministros dos Negócios Estrangeiros e das Relações Exteriores de todos os Estados Membros.
2. São competências do Conselho de Ministros:
 - a) Coordenar as actividades da CPLP;
 - b) Supervisionar o funcionamento e desenvolvimento da CPLP;

- c) *Definir, adoptar e implementar as políticas e os programas de acção da CPLP;*
 - d) *Aprovar o orçamento da CPLP;*
 - e) *Formular recomendações à Conferência em assuntos de política geral, bem como do funcionamento e desenvolvimento eficiente e harmonioso da CPLP;*
 - f) *Recomendar à Conferência os candidatos para os cargos de Secretário Executivo e Secretário Executivo Adjunto;*
 - g) *Convocar conferências e outras reuniões com vista à promoção dos objectivos e programas da CPLP;*
 - h) *Realizar outras tarefas que lhe forem incumbidas pela Conferência.*
3. *O Conselho de Ministros elege de entre os seus membros um Presidente de forma rotativa e por um mandato de um ano.*
 4. *O Conselho de Ministros reúne-se, ordinariamente, uma vez por ano e, extraordinariamente, quando solicitado por dois terços dos Estados Membros.*
 5. *O Conselho de Ministros responde perante a Conferência, a quem deverá apresentar os respectivos relatórios.*
 6. *As decisões do Conselho de Ministros são tomadas por consenso.*

Artigo 10º
(Comité de Concertação Permanente)

1. *O Comité de Concertação Permanente é constituído por um representante de cada um dos Estados Membros da CPLP.*
2. *Compete ao Comité de Concertação Permanente acompanhar o cumprimento pelo Secretariado Executivo das decisões e recomendações emanadas da Conferência e do Conselho de Ministros.*
3. *O Comité de Concertação Permanente reúne-se ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente sempre que necessário.*
4. *O Comité de Concertação Permanente é coordenado pelo representante do País que detém a Presidência do Conselho de Ministros.*
5. *As decisões do Comité de Concertação Permanente são tomadas por consenso.*

6. O Comitê de Concertação Permanente poderá tomar decisões sobre os assuntos mencionados nas alíneas a), b), c), e d) do Artigo 9º, "ad referendum" do Conselho de Ministros.

Artigo 11º
(Secretariado Executivo)

1. O Secretariado Executivo é o principal órgão executivo da CPLP e tem as seguintes competências:
 - a) Implementar as decisões da Conferência, do Conselho de Ministros e do Comitê de Concertação Permanente;
 - b) Planificar e assegurar a execução dos programas da CPLP;
 - c) Participar na organização das reuniões dos vários órgãos da CPLP;
 - d) Responder pelas finanças e pela administração geral da CPLP.
2. O Secretariado Executivo é dirigido pelo Secretário Executivo.

Artigo 12º
(Secretário Executivo)

1. O Secretário Executivo é uma alta personalidade de um dos Países Membros da CPLP, eleito rotativamente e por um mandato de dois anos, podendo ser renovado uma vez.
2. São principais competências do Secretário Executivo:
 - a) Empreender, sob orientação da Conferência ou do Conselho de Ministros ou por sua própria iniciativa, medidas destinadas a promover os objectivos da CPLP e a reforçar o seu funcionamento;
 - b) Nomear o pessoal a integrar o Secretariado Executivo após consulta ao Comitê de Concertação Permanente;
 - c) Realizar consultas e articular-se com os Governos dos Estados Membros e outras instituições da CPLP;
 - d) Ser guardião do património da CPLP;
 - e) Representar a CPLP nos fora pertinentes;
 - f) Exercer quaisquer outras funções que lhe forem incumbidas pela Conferência, pelo Conselho de Ministros ou pelo Comitê de Concertação Permanente.

Artigo 13º
(Secretário Executivo Adjunto)

1. O *Secretário Executivo Adjunto* é eleito rotativamente e por um mandato de dois anos, podendo ser renovado uma vez.
2. O *Secretário Executivo Adjunto* será de nacionalidade diferente da do *Secretário Executivo*.
3. Compete ao *Secretário Executivo Adjunto* coadjuvar o *Secretário Executivo* no exercício das suas funções e substituí-lo em casos de ausência ou impedimento.

Artigo 14º
(Quorum)

1. O quorum para a realização de todas as reuniões da CPLP e de suas instituições é de pelo menos cinco Estados Membros.

Artigo 15º
(Decisões)

As decisões dos órgãos da CPLP e das suas instituições são tomadas por consenso de todos os Estados Membros.

Artigo 16º
(Regimento Interno)

Os órgãos e instituições da CPLP definirão o seu próprio regimento interno.

Artigo 17º
(Proveniência dos Fundos)

1. Os fundos da CPLP são provenientes das contribuições dos Estados Membros mediante quotas a serem fixadas pelo Conselho de Ministros.
2. É criado um Fundo Especial, dedicado exclusivamente ao apoio financeiro das ações concretas levadas a cabo no

quadro da CPLP e constituído por contribuições voluntárias, públicas ou privadas.

Artigo 18º
(Orçamento)

1. O orçamento de funcionamento da CPLP estende-se de 1 de Julho de cada ano a 30 de Junho do ano seguinte.
2. A proposta orçamental é preparada pelo Secretariado Executivo e, depois de aprovada pelo Comité de Concertação Permanente, submetida à apreciação e decisão de cada Estado Membro até ao final de Março de cada ano.

Artigo 19º
(Património)

O património da CPLP é constituído por todos os bens, móveis ou imóveis, adquiridos, atribuídos ou doados por quaisquer pessoas e instituições públicas ou privadas.

Artigo 20º
(Emenda)

1. O Estado ou Estados Membros interessados em eventuais alterações aos presentes Estatutos enviarão por escrito ao Secretariado Executivo uma notificação, contendo as propostas de emenda.
2. O Secretário Executivo comunicará, sem demora, ao Comité de Concertação Permanente as propostas de emenda referidas no nº1 do presente Artigo, que as submeterá à aprovação do Conselho de Ministros.

Artigo 21º
(Entrada em vigor)

1. Os presentes Estatutos entrarão em vigor, provisoriamente, na data da sua assinatura e, definitivamente, após a conclusão

das formalidades constitucionais por todos os Estados Membros.

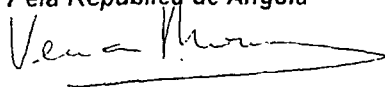
2. Os presentes Estatutos serão adoptados por todos os Estados Membros em conformidade com as suas formalidades constitucionais.

Artigo 22º
(Depositário)

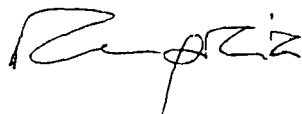
Os textos originais da Declaração Constitutiva da CPLP e dos presentes Estatutos serão depositados na Sede da CPLP, junto do seu Secretariado Executivo, que enviará cópias autenticadas dos mesmos a todos os Estados Membros.

Feitos em Lisboa, a 17 de Julho de 1996

Pela República de Angola



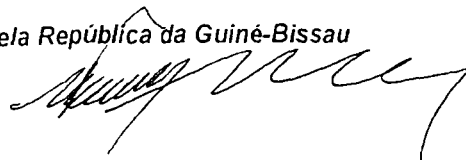
Pela República Federativa do Brasil



Pela República de Cabo Verde



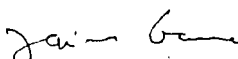
Pela República da Guiné-Bissau



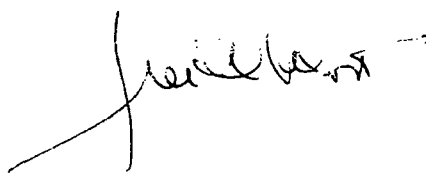
Pela República de Moçambique



Pela República Portuguesa



Pela República Democrática de São Tomé e Príncipe



**DECLARAÇÃO CONSTITUTIVA
DA
COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA**

Os Chefes de Estado e de Governo de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe, reunidos em Lisboa, no dia 17 de Julho de 1996,

Imbuídos dos valores perenes da Paz, da Democracia e do Estado de Direito, dos Direitos Humanos, do Desenvolvimento e da Justiça Social;

Tendo em mente o respeito pela integridade territorial e a não ingerência nos assuntos internos de cada Estado, bem como o direito de cada um estabelecer as formas do seu próprio desenvolvimento político, económico e social e adoptar soberanamente as respectivas políticas e mecanismos nesses domínios;

Conscientes da oportunidade histórica que a presente Conferência de Chefes de Estado e de Governo oferece para responder às aspirações e aos apelos provenientes dos povos dos sete países e tendo presente os resultados auspiciosos das reuniões de Ministros dos Negócios Estrangeiros e das Relações Exteriores dos Países de Língua Portuguesa, realizadas em Brasília em 9 de Fevereiro de 1994, em Lisboa em 19 de Julho de 1995, e em Maputo em 18 de Abril de 1996, bem como dos seus encontros à margem das 48ª, 49ª e 50ª Sessões da Assembleia-Geral das Nações Unidas;

Consideram imperativo:

- Consolidar a realidade cultural nacional e plurinacional que confere identidade própria aos Países de Língua Portuguesa, reflectindo o relacionamento especial existente entre eles e a experiência acumulada em anos de profícua concertação e cooperação;

- Encarecer a progressiva afirmação internacional do conjunto dos Países de Língua Portuguesa que constituem um espaço geograficamente descontínuo mas identificado pelo idioma comum;

- Reiterar, nesta ocasião de tão alto significado para o futuro colectivo dos seus Países, o compromisso de reforçar os laços de solidariedade e de cooperação que os unem, conjugando iniciativas para a promoção do desenvolvimento económico e social dos seus Povos e para a afirmação e divulgação cada vez maiores da Língua Portuguesa.

Reafirmam que a Língua Portuguesa:

- Constitui, entre os respectivos Povos, um vínculo histórico e um património comum resultantes de uma convivência multiseccular que deve ser valorizada;

- É um meio privilegiado de difusão da criação cultural entre os povos que falam português e de projecção internacional dos seus valores culturais, numa perspectiva aberta e universalista;

- É igualmente, no plano mundial, fundamento de uma actuação conjunta cada vez mais significativa e influente;

- Tende a ser, pela sua expansão, um instrumento de comunicação e de trabalho nas organizações internacionais e permite a cada um dos Países, no contexto regional próprio, ser o intérprete de interesses e aspirações que a todos são comuns.

Assim, animados de firme confiança no futuro, e com o propósito de prosseguir os objectivos seguintes:

- Contribuir para o reforço dos laços humanos, a solidariedade e a fraternidade entre todos os Povos que têm a Língua Portuguesa como um dos fundamentos da sua identidade específica, e, nesse sentido, promover medidas que facilitem a circulação dos cidadãos dos Países Membros no espaço da CPLP;

- Incentivar a difusão e enriquecimento da Língua Portuguesa, potenciando as instituições já criadas ou a criar com esse propósito, nomeadamente o Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP);

- Incrementar o intercâmbio cultural e a difusão da criação intelectual e artística no espaço da Língua Portuguesa, utilizando todos os meios de comunicação e os mecanismos internacionais de cooperação;

- Envidar esforços no sentido do estabelecimento em alguns Países Membros de formas concretas de cooperação entre a Língua Portuguesa e outras línguas nacionais nos domínios da investigação e da sua valorização;

- Alargar a cooperação entre os seus Países na área da concertação político-diplomática, particularmente no âmbito das organizações internacionais, por forma a dar expressão crescente aos interesses e necessidades comuns no seio da comunidade internacional;

- Estimular o desenvolvimento de acções de cooperação interparlamentar;

- Desenvolver a cooperação económica e empresarial entre si e valorizar as potencialidades existentes, através da definição e concretização de projectos de interesse comum, explorando nesse sentido as várias formas de cooperação, bilateral, trilateral e multilateral;

- *Dinamizar e aprofundar a cooperação no domínio universitário, no da formação profissional e nos diversos sectores da investigação científica e tecnológica com vista a uma crescente valorização dos seus recursos humanos e naturais, bem como promover e reforçar as políticas de formação de quadros;*

- *Mobilizar interna e externamente esforços e recursos em apoio solidário aos programas de reconstrução e reabilitação e acções de ajuda humanitária e de emergência para os seus Países;*

- *Promover a coordenação das actividades das diversas instituições públicas e entidades privadas, associações de natureza económica e organizações não-governamentais empenhadas no desenvolvimento da cooperação entre os seus Países;*

- *Promover, sem prejuízo dos compromissos internacionais assumidos pelos Países Membros, medidas visando a resolução dos problemas enfrentados pelas comunidades imigradas nos Países Membros, bem como a coordenação e o reforço da cooperação no domínio das políticas de imigração;*

- *Incentivar a cooperação bilateral e multilateral para a protecção e preservação do meio ambiente nos Países Membros, com vista à promoção do desenvolvimento sustentável;*

- *Promover acções de cooperação entre si e de coordenação no âmbito multilateral para assegurar o respeito pelos Direitos Humanos nos respectivos Países e em todo o mundo;*

- *Promover medidas, particularmente no domínio pedagógico e judicial, visando a total erradicação do racismo, da discriminação racial e da xenofobia;*

- Promover e incentivar medidas que visem a melhoria efectiva das condições de vida da criança e o seu desenvolvimento harmonioso, à luz dos princípios consignados na Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança;

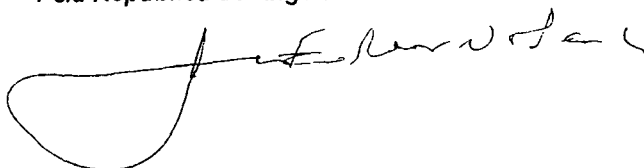
- Promover a implementação de projectos de cooperação específicos com vista a reforçar a condição social da mulher, em reconhecimento do seu papel imprescindível para o bem estar e desenvolvimento das sociedades;

- Incentivar e promover o intercâmbio de jovens, com o objectivo de formação e troca de experiências através da implementação de programas específicos, particularmente no âmbito do ensino, da cultura e do desporto;

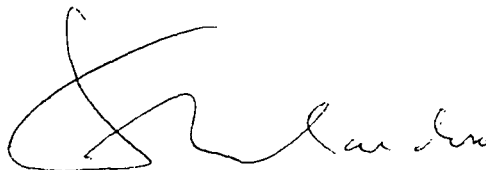
Decidem, num acto de fidelidade à vocação e à vontade dos seus Povos, e no respeito pela igualdade soberana dos Estados, constituir, a partir de hoje, a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Feita em Lisboa, a 17 de Julho de 1996

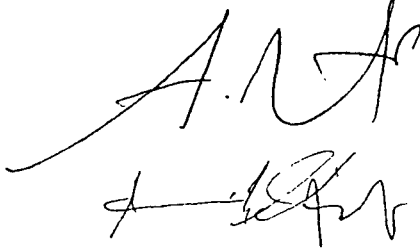
Pela República de Angola



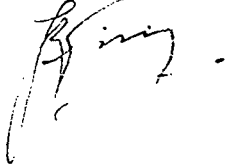
Pela República Federativa do Brasil



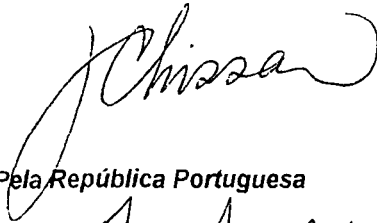
Pela República de Cabo Verde



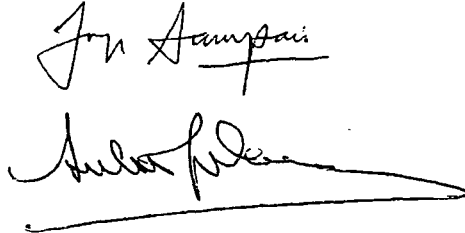
Pela República da Guiné-Bissau



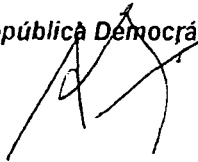
Pela República de Moçambique



Pela República Portuguesa



Pela República Democrática de São Tomé e Príncipe



[TRANSLATION — TRADUCTION]

STATUTES OF THE COMMUNITY OF PORTUGUESE-SPEAKING COUNTRIES

Article 1. Name

The Community of Portuguese-speaking countries, hereinafter referred to as "CPLV, is the privileged multilateral forum for the strengthening of friendly relations, of consultation in the political and diplomatic fields and for enhanced co-operation between its Members.

Article 2. Legal status

The CPLP shall have legal personality as well as administrative and financial autonomy.

Article 3. Objectives

The general objectives of the CPLP are as follows:

- a) a concerted action between its Member States at both the political and diplomatic level in its international relations, particularly with the aim of asserting its presence in the international fora;
- b) the cooperation, particularly in the economic, social, cultural, legal, technical and scientific spheres;
- c) the implementation of projects designed to promote and disseminate the Portuguese language.

Article 4. Seat

The seat of the CPLP is, in the first stage, at Lisbon, the capital of the Portuguese Republic.

Article 5. Guiding Principles

The CPLP shall be guided by the following principles:

- a) the sovereign equality of Member States;
- b) the non-interference in the internal affairs of Member States;
- c) respect for the national identities of Member States;
- d) reciprocal treatment;
- e) the supremacy of peace, democracy, the rule of law, respect for human rights, and social justice;
- f) respect for the territorial integrity of Members States;

- g) promotion of the development;
- h) promotion of a mutually advantageous co-operation.

Article 6. Membership

1. Apart from its founder Members, any State may, provided it uses Portuguese as its national language, become a Member of the CPLP, by accepting unreservedly the present Statute.

2. The admission of a new State to the CPLP shall require a unanimous decision of the Conference of Heads of State and Government.

3. The Conference of Heads of State and Government shall determine the formalities required for the admission of new Members, including the accession by new Members to this Statute.

Article 7. Organs

1. The organs of the CPLP are:
- a) the Conference of Heads of State and Government;
 - b) the Council of Ministers;
 - c) the Standing Committee for Consultation;
 - d) the Executive Secretariat.

2. In pursuing its objectives, the CPLP shall also have recourse to the mechanisms for concerted action in the political and diplomatic fields and for co-operation, which have been or will be established to this end among its Members.

Article 8. Conference of Heads of State and Government

1. The Conference shall consist of the Heads of State and Government of all Member States and shall be the highest organ of the CPLP.

2. The Conference shall be empowered to:

- a) establish and direct the general political guidelines and strategies of the CPLP;
- b) adopt the legal instruments necessary for the implementation of this Statute; nevertheless this power can be delegated to the Council of Ministers;
- c) set up the necessary institutions in order to ensure the proper functioning of the CPLP;
- d) elect a President from among its Members to hold office for a term of two years. The office of the President shall be held in turn by each Member State;
- e) elect the Executive Secretary and Deputy Executive Secretary of the CPLP.

3. The Conference shall meet every two years, in ordinary session. Extraordinary meetings may be convened upon the initiative of two-thirds of the Member States.

4. Decisions of the Conference shall be taken by consensus and shall be binding on all Member States.

Article 9. Council of Ministers

1. The Council of Ministers shall consist of the Ministers for Foreign Affairs and External Relations of all Member States.

2. The Council of Ministers shall:

- a) co-ordinate the activities of the CPLP;
- b) supervise the functioning and development of the CPLP;
- c) define, adopt and implement the policies and programmes of action of the CPLP;
- d) approve the budget of the CPLP;
- e) formulate recommendations to the Conference on policy issues of a general nature, as well as on matters concerning the effective, harmonious functioning and development of the CPLP;
- f) recommend to the Conference the candidates for appointment as Executive Secretary and Deputy Executive Secretary;
- g) convene conferences and other meetings for the purpose of promoting the objectives and programmes of the CPLP;
- h) carry out other tasks assigned to it by the Conference.

3. The Council of Ministers shall elect a President from among its Members. The office of the President shall be held for a term of one year in rotation.

4. The Council of Ministers shall meet, as a rule, once a year. Extraordinary meetings may be convened at the request of two-thirds of the Member States.

5. The Council of Ministers shall be accountable to the Conference and shall submit reports to the Conference on its activities.

6. Decisions of the Council of Ministers shall be taken by consensus.

Article 10. Standing Committee for Consultation

1. The Standing Committee for Consultation shall consist of one representative from each of the Member States of the CPLP.

2. The Standing Committee for Consultation shall monitor observance by the Executive Secretariat of the decisions and recommendations from the Conference and the Council of Ministers.

3. The Standing Committee for Consultation shall meet once a month, as a rule. Extraordinary meetings shall take place as often as is necessary.

4. The Standing Committee for Consultation is co-ordinated by the representative of the Member State which holds the Presidency of the Council of Ministers.

5. Decisions of the Standing Committee for Consultation shall be taken by consensus.

6. The Standing Committee for Consultation may decide all the matters referred to in paragraph 2 (a), (b), (c), and (d) of Article 9 ad referendum of the Council of Ministers.

Article 11. Executive Secretariat

1. The Executive Secretariat is the central executive body of the CPLP. The functions of the Executive Secretariat shall be, in particular:

- a) to implement the decisions of the Conference, the Council of Ministers and of the Standing Committee for Consultation;
- b) to draw up the programmes of the CPLP and satisfy itself that they are implemented;
- c) to participate in the organisation of the meetings of the CPLP organs;
- d) to be accountable for the administrative and budgetary management of the CPLP.

2. The Executive Secretariat shall function under the direction of the Executive Secretary.

Article 12 Executive Secretary

1. The Executive Secretary will be an eminent personality from the Member States of the CPLP. The Executive Secretary shall be elected to hold office, in rotation, for a term of two years, which may be extended for one further term of two years only.

2. The main tasks of the Executive Secretary shall be as follows:

- a) to introduce and implement, under the direction of the Conference or the Council of Ministers or acting on his or her Own initiative, any measures that may prove necessary to further the Objectives of the CPLP as well as to reinforce the functioning of the CPLP;
- b) to appoint the staff of the Executive Secretariat after consulting the Standing Committee for Consultation;
- c) to hold consultations with and to ensure co-ordination between the Governments of the Member States and other institutions of the CPLP;
- d) to keep custody of the property and assets of the CPLP;
- e) to represent the CPLP in the appropriate fora;
- f) to perform such other tasks as may be entrusted to him or her by the Conference, the Council of Ministers or by the Standing Committee for Consultation.

Article 13. Deputy Executive Secretary

1. The Deputy Executive Secretary shall be elected to hold office, in rotation, for a term of two years, which may be extended for one further term of two years only.

2. The Deputy Executive Secretary shall have the nationality of one Member State other than that of the Executive Secretary.

3. The Deputy Executive Secretary shall assist the Executive Secretary in the discharge of his or her responsibilities and shall replace him or her in the event that the Executive Secretary is absent or unable to act.

Article 14. Quorum

Five Member States at least shall constitute the quorum for holding any meeting of the CPLP or the CPLP institutions.

Article 15. Decisions

Decisions of the organs and institutions of the CPLP shall be taken by consensus by all Member States.

Article 16. Rules of Procedure

The organs and institutions of the CPLP shall adopt their own Rules of Procedure.

Article 17. Funds

1. The resources of the CPLP shall be provided out of contributions from its Member States in accordance with a scale to be decided by the Council of Ministers.

2. A special Fund shall be set up, aiming exclusively at providing financial support for practical activities undertaken within the CPLP. It shall be financed by public or private contributions provided on a voluntary basis.

Article 18. Budget

1. The operational Budget of the CPLP shall run from the 1st July to the 30th June following.

2. The draft budget shall be prepared by the Executive Secretariat and, after being approved by the Standing Committee for Consultation, shall be submitted for consideration and adoption to each Member State before the end of March.

Article 19. Assets

The assets of the CPLP shall be all movable and immovable property which have been acquired by way of sale or gift by any public or private person or institution.

Article 20. Amendments

1. Any Member State may propose amendments to this Statute in a communication addressed to the Executive Secretariat in written form.

2. The Executive Secretariat shall thereupon transmit to the Standing Committee for Consultation any amendment proposed under paragraph 1 above, which shall be submitted by the Standing Committee for Consultation to the Council of Ministers for approval.

Article 21 Entry into force

1. This Statute shall enter into force, provisionally, on the date on which it is signed; it shall enter into force definitively when all measures and procedures under the constitutional law of Member States have been completed.

2. The present Statute shall be adopted by all Member States in accordance with their constitutional requirements.

Article 22. Depository

The original text of the Declaration constituting the CPLP and of this Statute shall be deposited in the Seat of the CPLP with its Executive Secretariat which will transmit certified copies thereof to each of the Member States.

Done at Lisbon on this 17th day of July 1996.

For the Republic of Angola:

[ILLEGIBLE -- ILLISIBLE]

For the Federal Republic of Brazil:

[ILLEGIBLE -- ILLISIBLE]

For the Republic of Cape Verde:

[ILLEGIBLE -- ILLISIBLE]

For the Republic of Guinea-Bissau:

[ILLEGIBLE -- ILLISIBLE]

For the Republic of Mozambique:

[ILLEGIBLE -- ILLISIBLE]

For the Portuguese Republic:

[ILLEGIBLE -- ILLISIBLE]

For the Democratic Republic of Sao Tome and Principe:

[ILLEGIBLE -- ILLISIBLE]

DECLARATION AND STATUTES OF THE COMMUNITY OF PORTUGUESE-SPEAKING COUNTRIES, OF JULY 17, 1996 (CPLP)

The Heads of State and Government of Angola, Brazil, Cape Verde, Guinea-Bissau, Mozambique, Portugal and Sao Tome and Principe, having met in Lisbon on 17 July 1996,

Deeply attached to the immutable values of Peace, Democracy and the Rule of Law, of Human Rights, Development and Social Justice;

Bearing in mind the respect for the territorial integrity and the non-interference in the internal affairs of each State, as well as the right of each State to determine the forms of its political, economic and social development and to adopt in a sovereign manner all appropriate policies and mechanisms in these fields;

Aware of the historic opportunity offered by this Conference of Heads of State and Government to provide responses to the aspirations of and appeals from the peoples of the seven countries and having in mind the auspicious results of the meetings of Ministers for Foreign Affairs and External Relations of the Portuguese-speaking countries, convened in Brasilia on 9 February 1994, in Lisbon on 19 July 1995 and in Maputo on 18 April 1996, as well as those of their meetings, held on the occasion of the 48th, 49th and 50th Sessions of the General Assembly of the United Nations; Consider that it is imperative to:

-- Consolidate the national and multinational cultural reality that confers upon the Portuguese-speaking countries an identity of their own, while reflecting the special character of their relationship and the experience of a fruitful concerted action and co-operation that has been built up over the years;

-- Enhance a progressive international assertion of the Portuguese-speaking countries as a whole which, although being a geographically discontinued area, are identified by their common language;

-- Reaffirm, on this highly meaningful occasion for the collective future of their countries, their commitment to strengthen their ties of solidarity and co-operation by taking concerted initiatives designed to promote the economic and social development of their peoples and to further develop the assertion and dissemination of the Portuguese language.

Reaffirm that the Portuguese language:

-- Constitutes, among their peoples, both an historic link and a common heritage which have been nurtured by their friendly relationship throughout the centuries and which must be enhanced;

-- Is a privileged means of disseminating the cultural creation among the Portuguese-speaking peoples and of internationally promoting their cultural values, in an open and universal perspective;

-- Provides, at the world level, a solid foundation for an increasingly significant and influential concerted action, as well;

-- Tends to be, in view of its wide nature, a tool of communication and work within the international organisations, thus enabling each country, within its specific regional context, to be the interpreter of their common interests and aspirations.

Hence, fully confident in the future and determined to achieve the following objectives:

-- To contribute to the reinforcement of the human ties, solidarity and brotherhood among all peoples for whom the Portuguese language is one of the pillars of their specific identity and, accordingly, to promote ways and means to facilitate the movement of Member countries' citizens within the Community of Portuguese-speaking countries area;

-- To encourage the dissemination and enrichment of the Portuguese language by further developing and strengthening the institutions which have been or will be established therefor, in particular the International Portuguese Language Institute;

-- To enhance the cultural exchange and the dissemination of the intellectual and artistic creation within the framework of the Portuguese language by making use of all means of communication and of the international co-operation mechanisms;

-- To endeavour to establish in certain Member countries concrete forms of co-operation between the Portuguese language and other national languages in the fields of research and enhancement;

-- To widen their co-operation in the field of political and diplomatic concerted action, particularly within the framework of international organisations, so as to give an ever-greater expression to their common interests and needs within the international community;

-- To encourage the development of their parliamentary co-operation;

-- To develop their economic and entrepreneurial co-operation and to enhance the existing potential by drawing up and implementing projects of common interest, exploring to this end the various forms of bilateral, trilateral and multilateral co-operation;

-- To give a new impetus to, and intensify, their co-operation in the academic field, as well as in vocational training and in the various sectors of scientific research and technology, aiming at a growing enhancement of their human and natural resources, and to promote and reinforce the training policies of officials;

-- To mobilise internal and external efforts and resources aimed at assisting in the reconstruction and rehabilitation programmes, as well as in the humanitarian aid and emergency actions for their countries;

-- To promote the co-ordination of the activities of the various public agencies and private bodies, economic associations and non-governmental organisations which are engaged in the development of the co-operation among their peoples;

-- To promote, in the respect for the international commitments undertaken by Member countries, measures designed to overcome the problems faced by the immigrant communities in the Member countries, as well as to co-ordinate and foster co-operation in the field of immigration policies;

-- To encourage bilateral and multilateral co-operation with the aim of protecting and preserving the environment in the Member countries and achieving a sustainable development;

-- To promote actions of co-operation between themselves and multilateral co-ordination with a view to ensuring full respect for human rights, both in their countries and all over the world;

-- To promote measures, particularly in the pedagogic and judicial fields, with a view to eradicating racism, racial discrimination and xenophobia;

-- To promote and foster measures designed to effectively improve the living conditions of the child and to ensure his/her harmonious development, in the light of the principles enshrined in the United Nations Convention on the Rights of the Child;

-- To promote the implementation of specific projects of co-operation with a view to strengthening the social condition of women, thereby recognising the crucial role they perform in the well-being and development of society;

-- To foster and promote exchange of young people, for training and exchange of experiences, by implementing specific programmes, particularly in the fields of education, culture and sports;

Have decided, acting faithfully in view of the vocation and the will of their peoples, while fully respecting the sovereign equality of States, to constitute as from now the Community of Portuguese-speaking countries.

Done in Lisbon on the seventeenth day of July in the year one thousand nine hundred and ninety-six.

For the Republic of Angola:

[ILLEGIBLE -- ILLISIBLE]

For the Federal Republic of Brazil:

[ILLEGIBLE -- ILLISIBLE]

For the Republic of Cape Verde:

[ILLEGIBLE -- ILLISIBLE]

For the Republic of Guinea-Bissau:

[ILLEGIBLE -- ILLISIBLE]

For the Republic of Mozambique:

[ILLEGIBLE -- ILLISIBLE]

For the Portuguese Republic:

[ILLEGIBLE -- ILLISIBLE]

For the Democratic Republic of Sao Tome and Principe:

[ILLEGIBLE -- ILLISIBLE]

[TRANSLATION -- TRADUCTION]

STATUTS DE LA COMMUNAUTÉ DES PAYS DE LANGUE PORTUGAISE

Article premier. Nom

La Communauté des pays de langue portugaise, ci-après dénommée "CPLP", constitue la tribune multilatérale privilégiée pour le renforcement des relations amicales, de la consultation dans les domaines politique et diplomatique et pour l'amélioration de la coopération entre ses membres.

Article 2. Statut juridique

La CPLP est dotée de la personnalité juridique ainsi que de l'autonomie administrative et financière.

Article 3. Objectifs

Les objectifs généraux de la CPLP sont les suivants :

- a) une action concertée entre ses États membres aux niveaux politique et diplomatique dans ses relations internationales, particulièrement dans le but d'établir vigoureusement sa présence dans les instances internationales;
- b) la coopération, particulièrement dans les domaines économique, social, culturel, juridique, technique et scientifique;
- c) la mise en oeuvre de projets destinés à promouvoir et diffuser la langue portugaise.

Article 4. Siège

Le siège de la CPLP sera dans un premier stade établi à Lisbonne, capitale de la République portugaise.

Article 5. Principes directeurs

La CPLP sera guidée par les principes suivants :

- a) l'égalité de souveraineté des États membres;
- b) la non-ingérence dans les affaires internes des États membres;
- c) le respect de l'identité nationale respective des États membres
- d) la réciprocité;
- e) la suprématie accordée à la paix, la démocratie, la primauté du droit, le respect des droits de l'homme et la justice sociale;
- f) le respect de l'intégrité territoriale des États membres;
- g) la promotion du développement;

h) la promotion d'une coopération mutuellement bénéfique.

Article 6. Membres

1. Outre ses membres fondateurs, tout État peut, à condition d'utiliser le Portugais comme sa langue nationale, devenir membre de la CPLP, en acceptant sans réserve les présents statuts.

2. L'admission d'un nouvel État au sein de la CPLP exigera la décision unanime de la Conférence des Chefs d'État et de Gouvernement.

3. La Conférence des Chefs d'État et de Gouvernement déterminera les formalités requises pour l'admission de nouveaux membres, y compris l'accession de nouveaux membres aux présents statuts.

Article 7. Organismes

1. Les organismes de la CPLP sont les suivants :

- a) la Conférence des Chefs d'État et de Gouvernement;
- b) le Conseil des Ministres;
- c) le Comité permanent pour la consultation;
- d) le Secrétariat exécutif.

2. Dans la poursuite de ses objectifs, la CPLP aura également recours aux mécanismes d'action concertée dans les domaines politique et diplomatique et pour la coopération, qui ont été et qui seront établis dans ce but parmi ses membres.

Article 8. Conférence des Chefs d'État et de Gouvernement

1. La Conférence réunira les Chefs d'État et de Gouvernement de tous les États membres et représentera l'organe du plus haut niveau de la CPLP.

2. La Conférence sera habilitée à :

- a) établir et diriger les directives et stratégies générales politiques de la CPLP;
- b) adopter les instruments juridiques nécessaires à la mise en oeuvre des présents statuts; toutefois, elle pourra déléguer cette mission au Conseil des Ministres;
- c) établir les institutions nécessaires afin d'assurer le fonctionnement adéquat de la CPLP;
- d) élire parmi ses membres un Président pour un mandat de deux ans, cette fonction étant assumée à tour de rôle par chaque État membre;
- e) élire le Secrétaire exécutif et le Secrétaire exécutif adjoint de la CPLP.

3. La Conférence se réunira tous les deux ans, en session ordinaire. Des réunions extraordinaires pourront être tenues à la demande de deux tiers des États membres.

4. Les décisions de la Conférence seront prises par consensus et auront force exécutoire pour tous les États membres.

Article 9. Conseil des Ministres

1. Le Conseil des Ministres sera composé des Ministres des Affaires étrangères et des Relations extérieures de tous les États membres.
2. Le Conseil des Ministres aura pour mission :
 - a) de coordonner les activités de la CPLP;
 - b) de superviser le fonctionnement et le développement de la CPLP;
 - c) de définir, adopter et mettre en oeuvre les politiques et programmes d'action de la CPLP;
 - d) d'approuver le budget de la CPLP;
 - e) de formuler des recommandations à la Conférence en ce qui concerne les questions de nature générale ayant trait aux politiques ainsi que les questions concernant le fonctionnement et le développement effectif et harmonieux de la CPLP;
 - f) de recommander à la Conférence les candidats aux postes de Secrétaire exécutif et de Secrétaire exécutif adjoint;
 - g) d'organiser des conférences et autres réunions en vue de promouvoir les objectifs et les programmes de la CPLP;
 - h) de réaliser d'autres tâches qui lui seront attribuées par la Conférence.
3. Le Conseil des Ministres élira un Président parmi ses membres, pour un mandat d'un an en rotation.
4. Le Conseil des Ministres se réunira en principe une fois l'an. Des réunions extraordinaires pourront être organisées à la demande des deux tiers des États membres.
5. Le Conseil des Ministres rendra compte à la Conférence et lui soumettra des rapports relatifs à ses activités.
6. Les décisions du Conseil des Ministres seront prises par consensus.

Article 10. Comité permanent pour la consultation

1. Le Comité permanent pour la consultation sera composé d'un représentant de chacun des États membres de la CPLP.
2. Le Comité permanent pour la consultation supervisera l'application par le Secrétariat exécutif des décisions et recommandations de la Conférence et du Conseil des Ministres.
3. Le Comité permanent pour la consultation se réunira une fois par mois, en règle générale. Des réunions extraordinaires pourront être organisées en tant que de besoin.
4. Le Comité permanent pour la consultation est coordonné par le représentant de l'État membre qui assume la présidence du Conseil des Ministres.
5. Les décisions du Comité permanent pour la consultation seront prises par consensus.

6. Le Comité permanent pour la consultation pourra statuer sur toutes les questions visées aux alinéas a), b), c) et d) du paragraphe 2 de l'Article 9 ad referendum du Conseil des Ministres.

Article 11. Secrétariat exécutif

1. Le Secrétariat exécutif constitue l'organe exécutif central de la CPLP, ayant notamment pour fonction :

- a) de mettre en oeuvre les décisions de la Conférence, du Conseil des Ministres et du Comité permanent pour la consultation;
 - b) de préparer les programmes de la CPLP et de veiller à leur exécution;
 - c) de participer à l'organisation des réunions des organes de la CPLP;
 - d) d'assumer la responsabilité de la gestion administrative et budgétaire de la CPLP.
2. Le Secrétariat exécutif fonctionnera sous la direction du Secrétaire exécutif.

Article 12. Secrétaire exécutif

1. Le Secrétaire exécutif sera une personnalité éminente choisie parmi les États membres de la CPLP. Il sera élu pour un mandat de deux ans, en rotation, lequel pourra être prorogé d'un seul mandat supplémentaire de deux ans.

2. Le Secrétaire exécutif aura pour tâches principales :

- a) d'introduire et de mettre en oeuvre, sous la direction de la Conférence ou du Conseil des Ministres, ou en agissant de sa propre initiative, toutes mesures s'avérant nécessaires afin de promouvoir les objectifs de la CPLP et de renforcer son fonctionnement;
- b) de nommer le personnel du Secrétariat exécutif après consultation du Comité permanent pour la consultation;
- c) d'organiser des consultations avec les Gouvernements des États membres et d'autres institutions de la CPLP et de veiller à la coordination entre lesdits Gouvernements et institutions;
- d) d'assumer la garde des biens et avoirs de la CPLP;
- e) de représenter la CPLP dans les tribunes appropriées;
- f) d'accomplir toutes autres tâches que lui confieront la Conférence, le Conseil des Ministres ou le Comité permanent pour la consultation.

Article 13. Secrétaire exécutif adjoint

1. Le Secrétaire exécutif adjoint sera élu pour un mandat de deux ans, en rotation, qui pourra être prorogé d'un mandat supplémentaire de deux ans.

2. Le Secrétaire exécutif adjoint possèdera la nationalité d'un État membre autre que celle du Secrétaire exécutif.

3. Le Secrétaire exécutif adjoint aidera le Secrétaire exécutif dans l'accomplissement de ses responsabilités et le remplacera en cas d'absence ou d'incapacité.

Article 14. Quorum

Un minimum de cinq États membres constituera le quorum nécessaire pour tenir une réunion de la CPLP ou des institutions de la CPLP.

Article 15. Décisions

Les décisions des organes et institutions de la CPLP seront prises par consensus de tous les États membres.

Article 16. Règles de procédure

Les organes et institutions de la CPLP adopteront leurs propres règles de procédure.

Article 17. Financement

1. Les ressources de la CPLP proviendront des contributions versées par ses États membres conformément à un barème qui sera établi par le Conseil des Ministres.

2. Un fonds spécial sera établi, qui aura pour objet exclusif de fournir un soutien financier à des activités pratiques entreprises au sein de la CPLP. Ce fonds sera alimenté par des contributions publiques ou privées fournies bénévolement.

Article 18. Budget

1. L'année budgétaire de la CPLP ira du 1er juillet au 30 juin de l'année suivante.

2. Le Secrétariat exécutif préparera un projet de budget qui, après approbation du Comité permanent pour la consultation, sera soumis à l'examen de chaque État membre pour adoption, avant la fin du mois de mars.

Article 19. Avoirs

Les avoirs de la CPLP comprendront des biens meubles et immeubles acquis dans le cadre de ventes ou de dons de toute personne ou institution publique ou privée.

Article 20. Amendements

1. Tout État membre peut proposer des amendements aux présents statuts par voie de communication écrite adressée au Secrétariat exécutif.

2. Le Secrétariat exécutif transmettra au Comité permanent pour la consultation tout amendement proposé en vertu du paragraphe 1 précédent, et ledit Comité le présentera pour approbation au Conseil des Ministres.

Article 21. Entrée en vigueur

1. Les présents statuts entreront en vigueur provisoirement à la date de leur signature; ils entreront en vigueur définitivement après que toutes les mesures et procédures prévues dans la législation constitutionnelle des États membres auront été menées à bonne fin.

2. Les présents statuts seront adoptés par tous les États membres conformément à leurs critères constitutionnels.

Article 22. Dépôt

Le texte original de la Déclaration établissant la CPLP et le texte des présents statuts seront déposés à son Secrétariat exécutif au siège de la CPLP, lequel Secrétariat exécutif en transmettra les copies certifiées conformes à chacun des États membres.

Fait à Lisbonne le 17 juillet 1996.

Pour la République d'Angola :

[ILLISIBLE -- ILLEGIBLE]

Pour la République fédérale du Brésil :

[ILLISIBLE -- ILLEGIBLE]

Pour la République du Cap Vert :

[ILLISIBLE -- ILLEGIBLE]

Pour la République de la Guinée-Bissau :

[ILLISIBLE -- ILLEGIBLE]

Pour la République du Mozambique :

[ILLISIBLE -- ILLEGIBLE]

Pour la République portugaise :

[ILLISIBLE -- ILLEGIBLE]

Pour la République démocratique de São Tomé et Principe :

[ILLISIBLE -- ILLEGIBLE]

DÉCLARATION ET STATUTS DE LA COMMUNAUTÉ DES PAYS DE LANGUE PORTUGAISE, EN DATE DU 17 JUILLET 1996 (CPLP)

Les Chefs d'État et de Gouvernement de l'Angola, du Brésil, du Cap Vert, de la Guinée-Bissau, du Mozambique, du Portugal et de São Tomé et Príncipe, réunis à Lisbonne le 17 juillet 1996,

Profondément attachés aux valeurs immuables de la paix, de la démocratie, de la primauté du droit, des droits de l'homme, du développement et de la justice sociale;

Compte tenu du respect de l'intégrité territoriale et de la non-ingérence dans les affaires internes de chaque État, ainsi que du droit de chaque État de choisir les formes de son développement politique, économique et social et d'adopter en toute souveraineté toutes les politiques et tous les mécanismes appropriés dans ces domaines;

Conscients de la possibilité historique offerte par la présente Conférence des Chefs d'État et de Gouvernement s'agissant de fournir des réponses aux aspirations des peuples des sept pays et tenant compte des résultats favorables des réunions des Ministres des Affaires étrangères et des Relations extérieures des pays de langue portugaise, réunis à Brasília le 9 février 1994, à Lisbonne le 19 juillet 1995 et à Maputo le 18 avril 1996, ainsi que des résultats de leurs réunions tenues à l'occasion des 48ème, 49ème et 50ème sessions de l'Assemblée générale des Nations Unies;

Considèrent qu'il est impératif :

-- d'unifier la réalité culturelle nationale et multinationale qui confère aux pays de langue portugaise une identité propre, tout en reflétant le caractère spécifique de leurs relations et l'expérience d'une action et d'une coopération concertées et riches en résultats qui se sont développées au cours des années;

-- d'affirmer de façon progressive sur la scène internationale la réalité des pays de langue portugaise dans leur ensemble qui, bien que séparés géographiquement, trouvent une identité commune dans la langue qu'ils partagent;

-- de réaffirmer, en cette occasion mémorable pour l'avenir collectif de leurs pays, leur engagement envers le renforcement de leurs liens de solidarité et de coopération par l'adoption d'initiatives concertées destinées à promouvoir le développement économique et social de leurs peuples et à promouvoir l'affirmation et la diffusion de la langue portugaise;

-- réaffirment que la langue portugaise

-- constitue, parmi leurs peuples, un lien historique aussi bien qu'un héritage commun qui ont été alimentés par leurs relations amicales au cours des siècles et qui doivent être encouragés;

-- est un moyen privilégié de diffuser la création culturelle parmi les peuples de langue portugaise et de promouvoir sur la scène internationale leurs valeurs culturelles, dans une perspective ouverte et universelle;

-- fournit, au niveau mondial, une base solide pour une action concertée de plus en plus importante et influente;

-- tend à devenir, étant donné sa nature extensive, un outil de communication et de travail au sein des organisations internationales, permettant ainsi à chaque pays, dans son contexte régional spécifique, de se faire l'interprète de leurs aspirations et intérêts communs;

de ce fait, pleinement confiants dans l'avenir et décidés à réaliser les objectifs ci-après :

-- contribuer au renforcement des relations humaines, de la solidarité et de la fraternité parmi tous les peuples pour lesquels la langue portugaise représente l'un des piliers de leur identité spécifique et, en conséquence, promouvoir les moyens de faciliter le mouvement des ressortissants des pays membres au sein de la communauté des pays de langue portugaise;

-- encourager la diffusion et l'enrichissement de la langue portugaise grâce à l'expansion et au renforcement des institutions qui ont été ou qui seront établies, en particulier l'Institut international de langue portugaise;

-- encourager les échanges culturels et la diffusion de la création intellectuelle et artistique au sein de la communauté de langue portugaise en ayant recours à tous les moyens de communication et à tous les mécanismes internationaux de coopération;

-- s'efforcer d'établir dans certains pays membres des formes concrètes de coopération entre la langue portugaise et d'autres langues nationales dans les domaines de la recherche et du développement;

-- élargir leur coopération dans le domaine d'une action politique et diplomatique concertée, particulièrement dans le cadre des organisations internationales, afin de donner une expression de plus en plus large à leurs intérêts et besoins communs aux fins de la communauté internationale;

-- encourager l'expansion de leur coopération parlementaire;

-- développer leur coopération dans le domaine de l'économie et des entreprises et de favoriser le potentiel existant en préparant et en mettant en oeuvre des projets d'un intérêt commun, explorant à cet effet les diverses formes de coopération bilatérale, trilatérale et multilatérale;

-- donner un nouvel élan à leur coopération dans le domaine de l'enseignement et intensifier ladite coopération, ainsi qu'en matière de formation professionnelle et en ce qui concerne les divers secteurs de recherche scientifique et technologique, en vue de développer leurs ressources humaines et naturelles et de promouvoir et renforcer les politiques gouvernementales en matière de formation;

-- mobiliser les efforts et les ressources internes et externes en vue de fournir une aide à des programmes de reconstruction et de réaménagement ainsi qu'aux mesures d'aide humanitaire et d'urgence pour leurs pays;

-- encourager la coordination des activités de divers organes publics et privés, associations économiques et organisations non gouvernementales, engagés dans le développement de la coopération entre leurs peuples;

-- promouvoir, dans le respect des engagements internationaux pris par les pays membres, des mesures destinées à surmonter les problèmes qui confrontent les communa-

tés d'immigrants dans les pays membres et pour coordonner et promouvoir la coopération en matière de politiques d'immigration;

-- encourager la coopération bilatérale et multilatérale en vue de protéger et de préserver l'environnement dans les pays membres et de parvenir à un développement viable;

-- promouvoir des mesures de coopération entre eux et une coordination multilatérale afin d'assurer le plein respect des droits de l'homme, à la fois dans leurs pays et à travers le monde;

-- promouvoir des mesures, particulièrement dans les domaines pédagogique et judiciaire, en vue d'éliminer le racisme, la discrimination raciale et la xénophobie;

-- promouvoir et encourager des mesures destinées à améliorer effectivement les conditions de vie des enfants et d'assurer leur développement harmonieux, en vertu des principes contenus dans la Convention des Nations Unies sur les droits de l'enfance;

-- encourager la mise en oeuvre de projets spécifiques de coopération en vue de renforcer la condition sociale des femmes, reconnaissant par là leur rôle crucial dans le bien-être et le développement de la société;

-- encourager et promouvoir les échanges de jeunes, en matière de formation et d'expériences, en réalisant des programmes spécifiques, particulièrement en matière d'éducation, de culture et de sports;

Ont décidé, en tenant fidèlement compte de la vocation et de la volonté de leurs peuples, tout en respectant pleinement l'égalité de souveraineté des États, de constituer dès à présent la Communauté des pays de langue portugaise.

Fait à Lisbonne le 17 juillet 1996.

Pour la République d'Angola :

[ILLISIBLE -- ILLEGIBLE]

Pour la République fédérale du Brésil :

[ILLISIBLE -- ILLEGIBLE]

Pour la République du Cap Vert :

[ILLISIBLE -- ILLEGIBLE]

Pour la République de la Guinée-Bissau :

[ILLISIBLE -- ILLEGIBLE]

Pour la République de Mozambique :

[ILLISIBLE -- ILLEGIBLE]

Pour la République portugaise :

[ILLISIBLE -- ILLEGIBLE]

Pour la République démocratique de São Tomé et Príncipe :

[ILLISIBLE -- ILLEGIBLE]